

# **A precarização da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de qualidade e gratuita para pequenos e médios produtores rurais no Estado de Goiás**

*Isabela Silva Lima*

*Joana D'arc Bardella Castro*

## **Resumo**

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é a orientação aos produtores rurais e criadores dos segmentos sociais vinculados à exploração do agronegócio (produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas) em técnicas de planejamento, administração rural, manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, que visa a dinamização da produção sustentável dos sistemas agrícolas nas propriedades rurais produtivas. É objetivo deste estudo expor os problemas causados pela precarização e a importância da formulação e implementação de Políticas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade e gratuita para pequenos e médios produtores rurais. A pesquisa é qualitativa com estudo de caso. O diagnóstico teve como base o marco zero e tempo 1, aplicados a uma comunidade sitiada no município de Goianésia. O trabalho segue a metodologia Rede de Inovação Rural. Pode-se observar que 71% dos agricultores familiares tiveram sua renda bruta aumentada quando o atendimento foi individualizado pela ATER.

**Palavras-chave:** Produtores Rurais; Assistência Técnica; Extensão Rural; Gestão da Propriedade.

## **Abstract**

Rural Technical Assistance and Extension (ATER) is the orientation for rural producers and creators of the social segments linked to the exploration of agribusiness (traditional producers, family farmers, settlers, quilombolas and indigenous people) in planning techniques, rural management, crop management and production, which aims at boosting the sustainable production of agricultural systems on productive rural properties. It is the objective of this study to expose the problems caused by the precariousness and the importance of the formulation and implementation of Public Policies of Technical Assistance and Rural Extension of quality and gratuitous for small and medium rural producers. The research is qualitative with case study. The diagnosis was based on zero mark and time 1, applied to a besieged community in the city of Goianésia. The research follows the methodology of Rural Innovation Network. It can be observed that 71% of family farmers had their gross income increased when the assistance was individualized by ATER.

**Keywords:** Rural Producers, Technical Assistance, Rural Extension, Property Management.

## Introdução

Em um cenário globalizado, de constantes mudanças, torna-se imprescindível a gestão do conhecimento e o olhar para os pequenos e médios produtores (agricultores familiares). É necessária a formulação e implementação de uma política pública voltada para atividades que envolvam assessoramento técnico e comportamental às famílias de produtores rurais, ou seja, assistência técnica e extensão rural de qualidade.

Política Pública é aquela através da qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real (SOUZA, 2006). Averiguando a inexistência de uma política pública estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural individualizada, as razões pelas quais as instituições de ATER Pública, como a Agência Goiana de Assistência Técnica, e a Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária - EMATER, usam o método de atendimento por demanda, compreendendo que existe complexidade nos problemas do meio rural, que o número de técnicos é restrito e que o acesso ao assessoramento técnico a um grande universo de produtores se torna insuficiente, há que se pensar numa ATER pública mais eficiente e eficaz.

Além das dificuldades anteriormente apontadas, essas instituições se veem obrigadas a seguir planos de governo, que mudam periodicamente e ocasionam prejuízos aos produtores no que tange à ATER. Através da implementação da geração, validação, difusão e transferência de conhecimentos, tecnologias, produtos e processos de natureza técnico-econômico-social e socioambiental, com vistas ao aumento da produção agropecuária, à competitividade do agronegócio e da agricultura familiar, de acordo com as políticas e ações dos governos estadual e federal, deveriam manter continuidade para que o ciclo não seja quebrado forçando seu reinício a cada período.

A formulação e implementação de uma política pública de ATER de qualidade e gratuita é de suma importância porque seu processo prioriza a gestão da propriedade, que se dá por meio de assistência técnica agropecuária comportamental, personalizada, por interesse e afinidade, e principalmente continuada para a família, tendo em vista que estas sejam protagonistas do seu desenvolvimento.

Neste contexto, a implementação de uma política pública estadual de ATER torna-se necessária, fazendo com que os produtores rurais tenham acesso ao conhecimento gerado pelas pesquisas agropecuárias, que é transferido pela extensão rural. Por vezes, a pesquisa transforma recursos em conhecimento e tecnologia aplicada com vista a resolver os problemas no campo. Fazer a gestão do conhecimento e da tecnologia mais adequada na unidade

produtiva é dar mais qualidade ao assessoramento que terá uma rede de conhecimento a serviço de cada produtor rural.

Assim, é objetivo deste trabalho expor os problemas causados pela precarização e a importância da formulação e implementação de Políticas Públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural de qualidade e gratuita para pequenos e médios produtores rurais.

### **Assistência Técnica e Extensão Rural e pesquisa agropecuária**

No final da década de quarenta, iniciou-se as atividades de ATER, baseadas no contexto da política desenvolvimentista do pós-guerra, que por objetivo visava a melhoria da qualidade de vida da população rural, e juntamente a isso, promover o processo de modernização da agricultura, através de ações voltadas à política de industrialização do país. (Peixoto, 2008).

A Assistência Técnica e Extensão Rural foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas. Em seguida, com a ajuda do governo do presidente Juscelino Kubitschek, foi criada, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR) nos estados. Em Goiás, no ano de 1959, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (ACAR – GOIAS), sendo extinta em 1974, a qual teve a finalidade de prestar o serviço de assistência técnica creditícia e fazer a extensão rural. (EMATER, 2012)

Em meados da década 1970, o governo do presidente Ernesto Geisel “estatizou” o serviço de ATER implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de Ater nos estados, as EMATER. Em Goiás, através da Lei Estadual 7969/75, cria-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural do Estado de Goiás (EMATER-GO), e em 1999, a mesma entrou em liquidação. A EMATER-GO era uma empresa pública de direito privado, vinculada à Secretaria de Agricultura de Goiás (SEAGRO), que tinha a finalidade de realizar o serviço de ATER, passando posteriormente a prestar serviços de pesquisa agropecuária e classificação de produto vegetal e certificação de produto de origem animal. Sua missão era contribuir para o desenvolvimento rural sustentável e do agronegócio. No Decreto nº 4628/96, a EMATER-GO absorveu a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (EMGOPA) e também o serviço de classificação dos produtos.

Em 1999, através da Lei 13.550, foi criada a Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário (AGENCIARURAL), em que foram absorvidos o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), o Instituto Goiano de Agropecuária (IGAP) e os serviços da EMATER-GO, EMGOPA e da Classificação de Produtos de origem Vegetal (CLAVEGO). A AGENCIARURAL era uma autarquia, vinculada à SEAGRO, e tinha como finalidade rivalizar o serviço de assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, classificação de produto vegetal e certificação de produto de origem animal, defesa agropecuária, regularização fundiária e crédito fundiário (Banco da Terra). Através da Lei Estadual 14645/99, criou-se a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA).

Em maio de 2008, extinguiu-se a AGENCIARURAL, através da Lei Estadual 16.272/08, transferiu-se os serviços de ATER para a SEAGRO. Sua finalidade era executar a política estadual de assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, classificação de produto vegetal, certificação de produto animal, defesa agropecuária, regularização fundiária e crédito fundiário (Banco da Terra). Em abril de 2010, pela Lei Estadual 16.978/10, retirou-se a EMATER-GO da liquidação, devolvendo a ela os serviços de ATER, com a finalidade de executar a política estadual de assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, classificação de produto de origem animal, defesa agropecuária, permanecendo para a SEAGRO a regularização fundiária e crédito fundiário (Banco da Terra).

Enfim, no dia 25/01/2011, pela Lei 17.257/11 foi criada a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária, sendo esta uma Autarquia afiliada à SEAGRO, que tem por objetivo a execução da política estadual de assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária e atividades correlatas ao desenvolvimento rural sustentável, atendendo prioritariamente à agricultura familiar em consonância com a Lei Federal 11.326/06.

#### *A precarização do Atendimento do ATER*

A precarização da ATER no Brasil teve início em 1990, quando o governo do presidente Collor de Mello extinguiu a EMBRATER, desativando o SIBRATER e abandonando claramente os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de ATER no país. Com isso as EMATER ficaram à mercê das políticas de ajuste estrutural e das difíceis condições financeiras do seu estado, além de se depararem com a influência dos interesses políticos dominantes e da falta de ajuda financeira do Governo Federal. Vale ressaltar que tanto a Constituição Federal de 1988 que fixa no art. 187, IV que a:

Política agrícola será planejada e executada na forma da lei, com a participação efetiva do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levando em conta, especialmente (...) IV) a assistência técnica e extensão rural. (BRASIL, 1988)

Quanto à Lei nº 8.171, de 17 de Janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, conhecida como Lei Agrícola, no Capítulo V, tratando especificamente da ATER, estabelecendo que:

Art. 16. A assistência técnica e extensão rural buscarão viabilizar, com o produtor rural, proprietário ou não, suas famílias e organizações, soluções adequadas a seus problemas de produção, gerência, beneficiamento, armazenamento, comercialização, industrialização, eletrificação, consumo, bem-estar e preservação do meio ambiente.

Art. 17. O Poder Público manterá serviço oficial de assistência técnica e extensão rural, sem paralelismo na área governamental ou privada, de caráter educativo, garantindo atendimento gratuito aos pequenos produtores e suas formas associativas, visando:

I - difundir tecnologias necessárias ao aprimoramento da economia agrícola, à conservação dos recursos naturais e à melhoria das condições de vida do meio rural;  
II - estimular e apoiar a participação e a organização da população rural, respeitando a organização da unidade familiar bem como as entidades de representação dos produtores rurais;

III - identificar tecnologias alternativas juntamente com instituições de pesquisa e produtores rurais;

IV - disseminar informações conjunturais nas áreas de produção agrícola, comercialização, abastecimento e agroindústria.

Art. 18. A ação de assistência técnica e extensão rural deverá estar integrada à pesquisa agrícola, aos produtores rurais e suas entidades representativas e às comunidades rurais.

Determinam que a União mantenha serviços de ATER pública e gratuita para os pequenos agricultores.

É importante salientar que as atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Pesquisa Agropecuária estão inseridas em um cenário multidisciplinar, permeados por aspectos de ordem social, institucional, econômico e ambiental. Dentro desse contexto de ATER de qualidade e gratuita, o Governo do Estado de Goiás, procura fazer a integração entre ATER e a Pesquisa Agropecuária, com o objetivo aumentar a oferta e o acesso dos produtores rurais ao conhecimento, validando as experiências voltadas às tecnologias inovadoras e apropriadas. A oferta do conhecimento deve ser organizada a partir da articulação entre agentes de ATER, pesquisadores e produtores rurais, possibilitando adequar o desenvolvimento de tecnologias às demandas das cadeias produtivas, considerando as diferenças regionalizadas dos sistemas produtivos trabalhados pelos produtores, (EMATER, 2015)

Devido à grande diversidade agropecuária em Goiás, a EMATER encontra-se em 12 Unidades Regionais, definidas a partir das características geográficas, econômicas e produtivas de cada região, sendo essas, os centros estratégicos que capilarizam a atuação da

Agência de Inovação Rural nos demais municípios de Goiás. A EMATER também conta com 205 Unidades Locais, que são responsáveis pelo atendimento direto ao produtor no município estabelecido e região, (EMATER, 2015).

A precarização da ATER voltada aos agricultores familiares e a não continuidade de projetos e programas da instituição, e a troca de diretorias e, conseqüentemente, mudanças de interesses, deixam trabalhos iniciados sem continuidade. Os técnicos ficam a mercê de planos de governo e perdem a credibilidade perante aos produtores. Essa instabilidade gera no profissional insatisfação e falta de interesse, pois não conseguem concluir seus trabalhos.

Em Goiás, a instituição de ATER pública, a EMATER, vem aplicando junto aos produtores rurais e suas famílias, uma metodologia de atendimento por demandas. Esse tipo de ação se tornou insuficiente devido à complexidade do espaço rural, além do número restrito de técnicos e à falta de renovação da força de trabalho, que não tem conseguido a abrangência de seu público.

Segundo a EMATER (2015), o número de profissionais atuantes se restringe a: 19 na área de planejamento, administração, comercialização e diretorias, 32 técnicos da Gerência de ATER (responsáveis para dar apoio a todo o Estado), 56 pesquisadores e 338 técnicos de campo. Esse contingente deveria atender 115.007 estabelecimentos rurais, de acordo com os dados da Tabela 1. Cerca de 80% dos estabelecimentos rurais do Estado de Goiás, que são considerados detentores de renda bruta mensal muito baixa a baixa e não são capazes de pagar de imediato por uma ATER de qualidade.

Tabela 1 - Distribuição dos estabelecimentos rurais por renda bruta mensal em Goiás  
– 2006

<b>Número de estabelecimentos rurais</b>	<b>Renda bruta mensal em salário mínimo</b>	<b>Classe</b>
52.167	0,7	Muito Baixa
38.790	4,7	Baixa
1.968	658,3	Alta

Fonte: IBGE (2006)

#### *Agricultura familiar*

Wanderley (2000), diz que a agricultura familiar é um conceito genérico, que inclui uma diversidade de situações específicas e particulares. Germer (2002), sinaliza que a denominação de agricultura familiar deriva da concepção norte-americana de produção

familiar, na qual “o chamado produtor ‘familiar’ representava o pequeno produtor ousado, o homem da fronteira e o pequeno industrial inovador.

Agricultura familiar, como expressão da agenda nacional, teve visibilidade no cenário político apenas na primeira metade dos anos 1990. Até então, este agrupamento de estabelecimentos de menor escala vinha sendo designado sob diferentes expressões, como minifundiários, pequenos produtores, agricultores de subsistência ou, como era corriqueiro na década de 1970, agricultores de baixa renda. A atividade econômica destes produtores, na literatura, acadêmica ou não, quase sempre foi denominada de pequena produção. (SCHNEIDER,2003)

A origem da expressão agricultura familiar no Brasil se tornou pública quando incorporou à agenda política. Seu nascimento tem relação com a assinatura do Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul em 1991, e às decorrentes ações político sindicais comandadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), contando também com a participação, embora periférica, do antigo departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT), o qual originou a atual Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Após a promulgação do tratado, a dinâmica de sua implementação deu origem às câmaras de debates e grupos de trabalho em cada ramo produtivo, nas quais se discutiam novas regras, produtos que seriam protegidos, alíquotas de importação etc. Não havia, contudo, um canal de participação dos pequenos produtores (assim chamados à época) dos quatro países. Para os argentinos tal impedimento, na realidade, inexistia, pois a poderosa Federação Agrária Argentina, dominada pelos grandes produtores, já havia recebido o apoio de seu governo e participava das câmaras de seu interesse. Entretanto, esta abertura era vedada aos pequenos produtores uruguaios, paraguaios e brasileiros, os quais vinham sendo excluídos das negociações. A insatisfação acabou gerando uma série de pressões, além de uma articulação política que foi construindo uma aliança de organizações, cuja pretensão era reverter este quadro de discriminação no processo em curso.

Após esse período, o poder público implanta uma política federal voltada para este segmento em resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos de 1990, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BRASIL, 1996), que tem como finalidade a disponibilização de crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais ligados à políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manterem na atividade. Com esse programa, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, passou a reforçar a defesa de propostas que visassem o comprometimento do Estado

com essa categoria social considerada diferenciada, e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional). e posteriormente cria a Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para o setor (BRASIL, 2006), no qual delimitou o público da agricultura familiar quanto ao seu uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo.

### *O município de Goianésia*

Goianésia é uma cidade agrícola desde sua fundação, os principais representantes eram o plantio de arroz e café. Além da produção agrícola, se transformou em um dos principais polos leiteiros da região do Vale do São Patrício. Hoje Goianésia possui três importantes usinas de álcool, açúcar e energia: A Jalles Machado, a Unidade Otávio Lage-Codora e a Usina Goianésia que geram a maior parte de emprego e renda para o município, dados da Prefeitura Municipal de Goianésia (2018).

O Município de Goianésia tem uma área de 1.547,37Km<sup>2</sup> com população de 65.767 habitantes e densidade demográfica de 38,33hab/km<sup>2</sup> (IMB, 2015). A população rural equivale a 2,74% do total dos residentes e é composta de 3.889 habitantes sendo que 46% são mulheres e 54% homens.

O IDH para 2010 foi de 0,727 segundo o IBGE. Esse valor reflete o bem-estar da população que conta com 96,6% de arborização e 27,6% de urbanização de vias públicas, esgotamento sanitário e água tratada 55%. A renda *per capita* R\$ 701,38 e o PIB Municipal R\$ 788.279.000 segundo Datasus (2012), e isso confere um PIB *per capita* de R\$ 14.479,07. A população ocupada é de 24,7% e o salário médio na região é 2,2 salários mínimos, (IBGE, 2015). A quantidade de pobres é de 6,61% e o Índice de Gini 0,47, esse índice numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, (Atlas Brasil, 2010).

Pelo Censo Agropecuário (2006), em Goianésia, quanto à condição do produtor rural, existem 24 estabelecimentos assentados sem titulação, 21 estabelecimentos arrendados e 737 proprietários rurais. A área plantada em hectares são respectivamente: forrageira de corte para alimentação animal 2.769; lavoura permanente 6.695; e lavoura temporária 21.295.

A tabela 2 apresenta a proporção de área plantada por produto, participação no total de produção agrícola do município e a participação em valor agrícola por tipo de plantação. Como se pode ver, a cana-de açúcar é o produto que mais agrega valor ao município, seguido

da soja. Todavia, em área plantada, além a cana-de-açúcar, a soja e o tomate são os produtos que ocupam maior área.

Tabela 2 - Área planta (ha) e valor da produção agrícola por tipo de plantação - Goianésia-2010

<b>Produto</b>	<b>Participação no total da produção agrícola municipal (%)</b>	<b>Percentual de áreas territorial plantada (%)</b>	<b>Valor de produção agrícola por tipo de plantação (%)</b>
Cana-de-açúcar	69,51	8,40	78,42
Tomate	7,75	1,38	7,75
Milho	4,22	1,62	5,89
Soja	8,97	1,81	8,60
Arroz	0,42	0,26	1,17
Mandioca	0,48	0,10	0,48
Feijão	0,001	0,48	0,45

Fonte: IPEADATA, 2010

A pecuária de Goianésia tem seu aporte na produção de bovinos com um efetivo (IMB, 2016) de 147.628, deste 25.000 cabeças são vacas leiteiras. Também está presente a produção de aves com 45.600 cabeças, suínos com 5.300 unidades e equinos com 1.920 animais.

## Método

O desenvolvimento deste artigo está baseado em uma pesquisa qualitativa, com o método estudo de caso. Segundo Yin (2010) os estudos de caso permitem um entendimento de como os processos de trabalho acontecem de forma real fornecendo a observação com melhores detalhes do contexto estudado.

O levantamento de dados se deu através do acesso a tabulação dos diagnósticos denominados “marco zero” e “T1” [0, T1] sendo o momento 0 o instante em que o processo começa a ser executado e T1 o instante em que a produção completa um ciclo; o processo e verificação não existe antes de 0 nem depois de T1. A metodologia utilizada parte da metodologia Rede de Inovação Rural, trabalhada pela EMATER em 1 comunidade com 13 famílias do município de Goianésia.

## Resultados e discussões

*Área do estudo*

Serão analisados os dados de 13 produtores do grupo de interesse proativo da metodologia trabalhada pela EMATER-GO, intitulada Rede de Inovação Rural para construção de comunidades proativas - Assentamento Itajá, Barreiro, Córrego do Guará, Laranjeiras e Santa Família, localizada no município de Goianésia – GO, assistidos através de sua unidade local.

*Perfil sócio econômico dos Assistidos pelo programa*

Neste grupo serão assistidas 13 famílias, sendo que entre elas, considerando os cônjuges e os filhos, 50,98% são mulheres e 49,08% são homens. Em relação aos filhos, 7,69% não tem filhos, 7,69% tem um filho, 46,15% tem dois 30,76% tem três filhos, 7,69% tem quatro filhos. Em relação aos responsáveis pela propriedade, 92,30% são casados, e 7,69% são solteiros. Todos são agricultores. Já no que tange a sua escolaridade, 15,38% são alfabetizados, 46,15% possuem Ensino Fundamental incompleto, 7,69% possuem Ensino Fundamental completo, 7,69% tem Fundamental completo e 23,07% possuem Ensino Médio completo. A faixa etária correspondente dos assistidos: 7,69% tem de 20 a 29 anos, 23,07% tem de 30 a 39 anos, 15,38% tem de 40 a 49 anos, 46,15% tem de 50 a 59 anos e 7,69% tem de 80 a 90 anos.

De acordo com o IBGE, as classes sociais são estratificadas base na renda familiar auferida em termos de salário mínimo, classificando-as em A, B, C, D e E, conforme tabela 3.

Tabela 3 – Classe social conforme faixa de renda (IBGE) 2015

<b>Classes sociais</b>	<b>Número de Salários Mínimos</b>
Classe A	Acima de 20
Classe B	10 a 20
Classe C	4 a 10
Classe D	2 a 4
Classe E	Até 2

Fonte: Elaboração própria, com base no IBGE, 2015

De acordo com os resultados obtidos através do diagnóstico “marco zero “ e diagnóstico “tempo 1”, 40% dos produtores assistidos passaram da classe D e E para C, e 14% da Classe C passaram para B e, permaneceram na mesma classificação 46%, que ficaram na classe D.

*Estudo de caso*

A EMATER GO (2015) iniciou uma metodologia de trabalho chamada “Rede de Inovação Rural para construção de comunidades proativas”, que oferece um assessoramento técnico e comportamental, através de um técnico executor (que fará o acompanhamento continuado) e técnicos especialistas que darão suporte na nas áreas vegetal, animal e comportamental, para um grupo de 10 a 20 pessoas, pois trata-se de um projeto piloto, no qual teve a execução iniciada em 2016 tendo assim um ano de implantação.

Através dos dados obtidos pelos diagnósticos marco zero e diagnóstico tempo 1 (um ano de execução), pode-se analisar a importância da ATER na gestão da propriedade, conforme tabela 4. Esses dados são do município de Goianésia/GO, que está executando a metodologia ATER com 13 famílias.

Tabela 4 –Dados do diagnóstico marco zero (2016) e T1 (2017) do grupo (13 famílias), no município de Goianésia.

<b>Nome</b>	<b>Atividade Principal</b>	<b>Renda Bruta Anual (out/2016) R\$</b>	<b>Renda Bruta Anual (out/2017) R\$</b>	<b>Incremento. %</b>	<b>Orientações acatadas pelo produtor</b>
Produtor A	Hortaliças	100.000,00	107.500,00	7,50	Correção de solo
Produtor B	Hortaliças	3.750,00	11.720,00	212,53	Introdução da cultura de morango (1400 pés)
Produtor C	Piscicultura	24.030,00	45.000,00	87,27	Utilização de aerador
Produtor D	Mandioca	72.000,00	80.000,00	11,11	Correção de solo
Produtor E	Hortaliças	53.750,00	53.750,00	0,00	Esposa é instrutora do curso de confeitaria na prefeitura. Curso realizado pela EMATER.
Produtor F	Hortaliças	0,00	2.125,00		Tratos culturais e adubação.
Produtor G	Bovinocultura leiteira	21.352,50	34.675,00	62,39	Utilização de Silagem de milho
Produtor H	Bovinocultura leiteira	29.382,50	53.746,25	82,92	02 ordenhas por dia
Produtor I	Bovinocultura leiteira	25.920,00	10.950,00	-57,75	Produtor faz uso de silagem, porém as 5 matrizes não estão em lactação. Produtora está

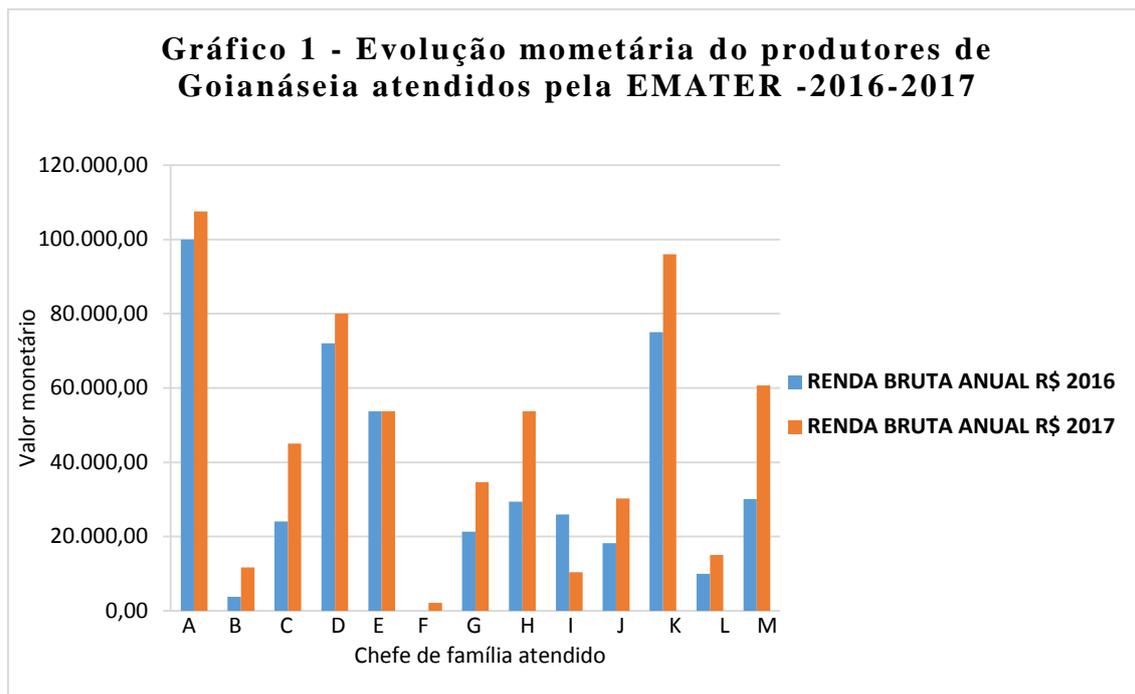
					realizando feira.
Produtor J	Mandioca	18.200,00	30.250,00	66,21	Correção de solo
Produtor K	Banana	75.000,00	96.000,00	28,00	Adubação conforme análise de solo
Produtor L	Mandioca	10.000,00	15.000,00	50,00	Rotação de cultura
Produtor M	Bovinocultura Leiteira	30.112,50	60.681,25	101,52	Melhoramento da alimentação/ 02 ordenhas por dia
Incremento Médio %	-	463.497,50	601.397,50	56,20	-

Fonte: EMATER - Unidade Local de Goianésia GO, diagnósticos da Rede de Inovação Rural, 2017.

Dos produtores que aderiram e são assistidos pela metodologia Rede de Inovação Rural, do grupo de interesse Assentamento Itajá, Barreiro, Córrego do Guará, Laranjeiras e Santa Família, localizada no município de Goianésia – GO, 30,77% são produtores de bovinocultura de leite, 30,77% produzem hortaliças, 7,69% são piscicultores, 7,69% são produtores de banana, 23,08% produzem mandioca.

Na tabela 4 podemos ver que conforme a metodologia, os produtores assistidos tiveram assessoramento técnicos, em que cada um foi orientado de acordo com a sua atividade produtiva e cada particularidade da sua propriedade, sendo que 23,08% tiveram que fazer correção de solo (após a realização de análise de solo), 15,38% passaram a fazer duas ordenhas diárias, 7,69% foi orientado a fazer o melhoramento da alimentação, 7,69% começou a fazer a utilização de silagem, 15,38% fizeram adubação (de acordo com o resultado da análise de solo), 7,69% fez rotação de cultura e 7,69% começou a utilizar aerador no tanque de peixes. Como forma de aumentar a oferta de produtos, 7,69% dos produtores introduziram a cultura do morango, além da sua atividade principal, que é o cultivo de hortaliças.

As famílias dessa comunidade aferiam ganhos monetários com a assistência planejada na consolidação da ATER, conforme demonstra o gráfico 1.



Fonte: EMATER - Unidade Local de Goianésia GO, diagnósticos da Rede de Inovação Rural,2018.

O produtor que apresentou a maior discrepância quanto a renda foi o produtor B que tinha como atividade produtiva até outubro de 2016 o cultivo de hortaliças, e com a orientação técnica, incrementou a sua atividade a cultura de morangos, sendo que sua renda, como pode ser visto no gráfico 1, passou de R\$ 3.750,00 em 2016 para R\$ 11.720,00 em 2017. Outro produtor que teve discrepância na sua renda, como mostra o gráfico 1, foi o produtor M, que tem como atividade produtiva a bovinocultura de leite, e que a partir da orientação técnica de melhoramento da alimentação das vacas e 02 ordenhas por dia em outubro de 2016, quando passou a ser assistido, em um ano passou de R\$ 30.112,50 para R\$ 60.681,25.

Já os resultados com menor discrepância foram do Produtor E, que tem como atividade produtiva o cultivo de hortaliças, e continuou com a mesma renda de 2016. Este não seguiu as orientações técnicas. Sua esposa, cujo o curso foi realizado pela EMATER, é instrutora do curso de confeitaria na prefeitura, O Produtor I, cuja a atividade é bovinocultura de leite, teve um resultado negativo em sua renda de – 57,75%, sendo que em 2016 sua renda era de R\$ 25.920,00, e em 2017 passou para R\$ 10.950,00. Isso se deu devido 5 matrizes não estarem em lactação.

A unidade local da EMATER de Goianésia-GO ainda fez as seguintes análises a partir dos dados obtidos através dos diagnósticos: o incremento de PIB do Grupo assistido (13 famílias) foi de 56% (137 mil Reais); se o trabalho for estendido ao município (674 famílias)

o incremento de PIB seria de 7,1 milhões de reais. E se for estendido para o estado (90 mil famílias) o incremento será de no mínimo 1 bilhão de reais em um ano, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado de Goiás.

A EMATER através do técnico executor, fez junto com o produtor o diagnóstico familiar “marco zero”, mapeamento da propriedade, análise do solo de cada propriedade para que fossem feitas as recomendações adequadas em relação a atividade produtiva, planejamento e gestão da propriedade e assessoramento técnico comportamental.

O planejamento da propriedade permitirá que o produtor escolha corretamente as atividades a serem implantadas na propriedade, que faça um diagnóstico sobre as possibilidades de desenvolvimento, defina com sabedoria qual a missão a ser seguida pela unidade familiar produtiva, verifique com antecedência quais serão as vantagens competitivas dos produtos trabalhados, projete corretamente todos os passos a serem desenvolvidos e, conseqüentemente faça a gestão da propriedade. Somente estando bem estruturado é que um empreendimento rural poderá obter melhoria na sua produção e na sua renda. Na gestão da propriedade, através do assessoramento técnico, são identificados os custos da propriedade, relacionando os gastos em cada item do custo variável e o mês em que foi efetuado, e são organizados os custos de produção por exploração (produto) e total da propriedade, identificando os custos bons e os custos ruins, e as ações nos campos agrônômicos, zootécnicos, financeiros, ambientais e sociais, que irão nortear as intervenções técnicas e aferição de resultados (EMATER, 2015).

O assessoramento técnico comportamental é feito através do acompanhamento de um técnico na área da atividade produtiva que a unidade familiar já cultiva, e este faz as orientações e recomendações técnicas necessárias, sugere mudanças, se preciso, na propriedade, ajuda o produtor na gestão de sua propriedade. Há também o acompanhamento de um profissional da área comportamental, pois a metodologia tem foco no indivíduo, na família e na comunidade. É a partir da mudança de comportamento, dentro de uma visão de futuro, que será desenvolvido o empreendedorismo nos participantes, estimulando-os a pensar, a ter uma mentalidade aberta, receptiva a novos conhecimentos, assumir competências e responsabilidades e adotar tecnologias apropriadas e rentáveis. No desenvolvimento do capital humano são levadas em consideração as experiências de vida, os conhecimentos adquiridos, os hábitos, costumes, pensamentos e realizações (EMATER, 2015).

## Conclusão

A falta de investimento na ampliação de ofertas de serviços de assistência técnica aos produtores rurais, impossibilita a disponibilização de tecnologias apropriadas para integrar um maior contingente de propriedades rurais às cadeias produtivas da agricultura sustentável, visando acelerar o processo de desenvolvimento nos espaços rurais.

É necessário voltar os olhos para a importância da agricultura familiar, pois estes são os responsáveis por colocar alimentos de qualidade na mesa da população. O assessoramento técnico e social, quali-quantitativo, programado, continuado e oportuno, agregando o conhecimento trará os recursos oriundos da melhoria de renda das propriedades rurais assistidas, e conseqüentemente irão incrementar diversas cadeias produtivas. As propriedades focadas na administração rural e na viabilização econômica de seu empreendimento rural aferirão maior poder aquisitivo, e isso leva à melhoria na qualidade de vida das famílias.

Uma Política Pública voltada para ATER terá como fruto a decodificação do conhecimento e gestão de tecnologias geradas pela pesquisa agropecuária e compartilhado com os produtores rurais pela extensão rural, integrando as forças vivas da comunidade, a serviço dos agricultores e suas organizações, e conseqüentemente, promovendo o desenvolvimento rural sustentável.

## Bibliografia

BRASIL. Constituição Federal do art. 187, dispõe sobre Política agrícola. Constituição Federal de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. República Federativa do Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 jan 1991.

BRASIL. República Federativa do Lei nº 11.326/2006, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul 2006.

BRASIL, República Federativa do. Lei n. 6.126, de 6 de novembro de 1974. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 7 nov. 1974.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO-EMATER-GO. Relatório Anual de Atividade 1975-1999. Goiânia: EMATER-GO, 2017.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO-EMATER-GO. Relatório Anual de Atividade. Goiânia: EMATER-GO.2012.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO-EMATER-GO. Relatório Anual de Atividade 2016-2017. Goiânia: EMATER-GO, 2018.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO-EMATER-GO. Documento Metodologia Rede de Inovação Rural para Construção de Comunidades Proativas. Goiânia: EMATER-GO.2015.

GOIÁS, Governo do Estado de. Lei nº 7969/ 75 – Cria a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Gabinete da Casa Civil. 1975. Goiânia, GO

GOIÁS, Governo do Estado de. Lei nº 13.550/ 99 - Modifica a organização administrativa do Poder Executivo. Gabinete da Casa Civil. 11 de novembro de 1999. Goiânia, GO

GOIÁS, Governo do Estado de. Lei nº 16.272/ 08 – Transfere os serviços de ATER para a SEAGRO. Gabinete da Casa Civil. 30 de maio de 2008. Goiânia, GO

GOIÁS, Governo do Estado de. Lei Estadual 14645/99, cria a Agência Goiana de Defesa Agropecuária (AGRODEFESA). Gabinete da Casa Civil. 1999. Goiânia, GO

GOIÁS, Governo do Estado de. Lei Estadual 16.978/10, retira a EMATER-GO da liquidação, devolve os serviços de ATER. Abril, 2010. Goiânia,GO.

GOIÁS, Governo do Estado de. Lei Estadual 17.257/11, criada a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária, sendo esta uma Autarquia afiliada à SEAGRO. 25/01/2011. Goiânia, GO.

GOIÁS, Governo do Estado de. Decreto 4.628/ 96, de 29 de janeiro de 1996, que Incorpora a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária - EMGOPA à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Goiás - EMATER GO e dá outras providências. Gabinete da Casa Civil. 1996. Goiânia, GO

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico. Goiás/Brasil, 2006. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário Estatístico. Goiás/Brasil, 2015. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br>> . Acesso mar. 2016.

INSTITUTO MAURO BORGES. Município Goianésia, 2016. Goiás/Brasil. Disponível em: < [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)> acesso mar. 2016.

INSTITUTO MAURO BORGES. Município Goianésia, 2006. Goiás/Brasil. Disponível em: < [www.imb.go.gov.br](http://www.imb.go.gov.br)> Acesso mar. 2016.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. SAF. Fomentos à ATER. Brasília: MDA. 2015

MINISTÉRIO DA SAÚDE. DATASUS. *Dados de Goianésia*, 2012. Disponível em: <<http://w3.datasus.gov.br/datasus>> Acesso: 12/02/2018.

PEIXOTO, Marcus. Extensão Rural no Brasil – Uma Abordagem Histórica da Legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília, 2008.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2003.

SOUZA, Celinha. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. Anais SOBER, 2000.

### **Sobre as autoras:**

Isabela Silva Lima

Pós-Graduanda do Curso de Especialização em Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais da Faculdade de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás. Anápolis – GO. [isabela.silvalima@gmail.com](mailto:isabela.silvalima@gmail.com)

Joana D'arc Bardella Castro

Doutora em Economia pela UnB, Pós-doutora pela UnB em Economia Ambiental e professora Titular, Departamento de Economia, Universidade Estadual de Goiás- UEG. Professora do programa de Estrito Sensu do RENAC- Recursos Naturais do Cerrado- Núcleo de Pesquisa em Economia.

*Artigo recebido em 05/04/2018*

*Aprovado em 15/06/2018*

Como citar esse artigo:

LIMA, Isabela Silva; CASTRO, Joana D'arc Bardella. A precarização da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) de qualidade e gratuita para pequenos e médios produtores rurais no Estado de Goiás. **Revista de Economia da UEG**. Vol. 14, N.º 1, jan/jun. 2018.